

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ: 08.504.106/0001-34

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2021, de forma que recomendamos a sua aprovação.

QUADRO 1

Ver Nota 10

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	4	83.611	28.378	Fornecedores		418.820	256.688
Impostos a recuperar		44.381	44.380	Obrigações trabalhistas	8	139.323	122.238
Outras contas e receber		2.175	53	Obrigações tributárias	7	201.804	201.067
Despesas antecipadas	5	12.847	11.958	Outras contas a pagar		11.962	6.320
Total do ativo circulante		143.014	84.769	Total do passivo circulante		771.909	586.313
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Despesas antecipadas	5	98	125	Empréstimos de pessoas ligadas	9	-	-
Imobilizado	6	6.998.150	7.002.600	Obrigações tributárias	7	42.311	70.663
Intangível		9.900	9.900	Adiant.futuro aumento de capital	9,10	734.283	2.374.639
Total do ativo não circulante		7.008.148	7.012.625	Total do passivo não circulante		776.594	2.445.302
TOTAL DO ATIVO				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		7.151.162	7.097.394		10		
				Capital social		49.055.617	45.982.519
				Prejuízos acumulados		(43.452.958)	(41.916.740)
				Total do patrimônio líquido		5.602.659	4.065.779
				TOTAL DO PASSIVO			
						7.151.162	7.097.394

Ademir Schatzmann
Contador CRC/SC 021.378/O-9

QUADRO 2

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com remuneração da administração		-	-
Despesas com pessoal e encargos	11	(152.976)	(146.610)
Despesas administrativas	11	(330.098)	(149.303)
Despesas tributárias		(5.197)	(8.656)
Despesas com serviços de terceiros	11	(1.010.501)	(509.276)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		(1.498.772)	(813.845)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(37.469)	(210.357)
Receitas financeiras		<u>23</u>	<u>16</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(1.536.218)</u>	<u>(1.024.186)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ademir Schatzmann
Contador CRC/SC 021.378/O-9

QUADRO 3

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em reais)**

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		41.868.830	(40.892.554)	976.276
Aumento de capital		4.113.689		4.113.689
Prejuízo do Exercício			(1.024.186)	(1.024.186)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		45.982.519	(41.916.740)	4.065.779
Aumento de capital	10	8.079.640		8.079.640
Capital a integralizar	10	(5.006.542)		(5.006.542)
Prejuízo do Exercício			(1.536.218)	(1.536.218)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		49.055.617	(43.452.958)	5.602.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ademir Schatzmann

Contador CRC/SC 021.378/O-9

QUADRO 4

TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES			
Prejuízo do exercício		(1.536.218)	(1.024.186)
Ajustes para:			
Depreciação		4.449	5.257
Baixas do ativo imobilizado		-	-
Juros		-	-
Variação de ativos e passivos			
Impostos a recuperar		(1)	(3)
Outras contas a receber		(2.984)	48.098
Fornecedores		162.132	(501.835)
Obrigações tributárias		(27.615)	168.431
Obrigações com pessoal e remuneração dos administradores		17.085	19.421
Outras contas a pagar		5.643	(497)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(1.377.509)	(1.285.314)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital	10	3.073.098	4.113.689
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	(1.640.356)	1.251.796
Empréstimos com partes relacionadas		-	(4.056.523)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		1.432.742	1.308.962
Redução /Aumento de caixa e equivalentes de caixa		55.233	23.648
Disponibilidades no início do exercício		28.378	4.730
Disponibilidades no final do exercício		83.611	28.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ademir Schatzmann

Contador CRC/SC 021.378/O-9

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O TGSC Terminal de Granéis de Santa Catarina S.A. (“TGSC”) é um projeto de um terminal portuário de uso privado “greenfield”, com terreno próprio contíguo ao Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, para movimentação de grãos vegetais (soja, milho e farelo de soja).

O projeto contempla a instalação de um armazém e cinco silos, com capacidade total de armazenagem de 130.500 toneladas, uma ponte de acesso e um píer para atracação de navios, uma estação de tratamento de efluentes e outras edificações de apoio administrativo. Quanto ao processo de expedição das cargas, o empreendimento será equipado com até quatro torres pescantes com capacidade para movimentar até quatro mil toneladas/hora.

Considerando que o terminal já possui as principais licenças e autorizações para o empreendimento, em 2021 o TGSC continuou avançando no processo de desenvolvimento e implantação do terminal, conforme destacado abaixo:

- Com o intuito de aprimorar o projeto de implantação do TGSC, vem sendo realizadas revisões e atualizações neste. Consequentemente, foi atualizado o cronograma de obras, o qual foi utilizado para pleitear junto a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ a prorrogação do Contrato de Adesão. Após análise por parte daquela Agência, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2019 a Resolução ANTAQ nº 7.473, de 26 de dezembro de 2019, a qual reconheceu a possibilidade de deferimento do pleito de prorrogação de prazo, visando a reprogramação da data de início das operações no âmbito do Terminal de Uso Privado — TUP, bem como encaminhou os autos à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA, do Ministério da Infraestrutura - MInfra, que, na qualidade de Poder Concedente, expediu Nota Técnica Nº 118/2021/CGPA-SNPTA/DNOP/SNPTA (SEI 4778660), corroborando com a prorrogação do Contrato de Adesão.
- A Companhia também evoluiu nas seguintes frentes: i) comercial, especificamente no que tange a busca e celebração de contratos de longo prazo de movimentação e armazenagem de grãos vegetais; ii) estruturação da dívida, em especial por meio de abordagem a potenciais credores e assessores financeiros; e iii) avaliação de eventuais aprimoramento e/ou otimizações no projeto de engenharia, tendo em vista oportunidades de melhora operacional e econômica do terminal.
- Adicionalmente, o TGSC, através de consultoria ambiental especializada, vem realizando o monitoramento ambiental da área do empreendimento, em atendimento aos programas descritos no Plano Básico Ambiental e na Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, os quais contemplam os meios físico, biológico e socioeconômico. O atendimento a todas as condicionantes expressas nas Licenças Ambientais é avaliado e validado por uma empresa independente de auditoria ambiental.
- A Companhia possui apoio financeiro dos seus acionistas que suportam o plano de negócios visando a implantação do terminal, buscando alternativas disponíveis de capital próprio, capital de terceiros e dívida para o seu desenvolvimento.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras aplicáveis às pequenas e médias empresas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 06** - Ativo imobilizado;

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação a qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

1. **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo

e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível a qualquer momento em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas que não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a

perda de crédito esperadas de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo apresentado em caixa e equivalentes de caixa se referem a saldos em conta corrente bancária para cumprimento das obrigações recorrentes da Companhia.

5 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante e não circulante, sendo apropriadas mensalmente ao resultado, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros contratados.

6 Imobilizado

Contas	Terrenos	Máquinas, equipamentos e computadores	Construções em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.712.000	8.304	1.273.252	13.493	7.007.049
Depreciações	-	(1.327)	-	(3.122)	(4.449)
Aquisições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.712.000	6.977	1.273.252	10.371	7.002.600
Depreciações	-	(1.240)	-	(3.210)	(4.450)
Aquisições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.712.000	5.737	1.273.252	7.161	6.998.150

As construções em andamento se referem aos serviços necessários para a construção do terminal, tais como projetos de engenharia, batimetria e sísmica, supressão de vegetação, entre outros.

7 Obrigações tributárias

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte	134.715	138.491
Superintendência de Patrimônio da União - SPU (a)	14.918	14.918
Contribuição social retida na fonte	23.148	13.160
Parcelamento simplificado previdenciário	34.322	51.099
Parcelamento CSRF e IRRF	37.013	54.062
Outros	-	-
	244.116	271.730
Circulante	201.804	201.067
Não circulante	42.312	70.663

- (a) Refere-se a taxa de ocupação dos terrenos de compensação florestal, devida para a Superintendência do Patrimônio da União - SPU.

8 Obrigações com pessoal e remuneração dos administradores

	2021	2020
Salários a pagar	0	6.396
Remuneração de conselheiros (nota explicativa 9)	31.357	31.357
Remuneração da diretoria (nota explicativa 9)	30.033	30.033
Provisões para férias e 13º salário	0	18.423
INSS	64.790	29.283
FGTS	13.142	5.231
Outras contas a pagar	0	1.515
	<u>139.322</u>	<u>122.238</u>

9 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve despesas com a remuneração do pessoal-chave da administração em 2021 e 2020.

Conforme demonstrado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2021 os valores a pagar estão assim apresentados:

	2021	2020
Remuneração do Conselho de Administração	31.357	31.357
Remuneração da diretoria	<u>30.033</u>	<u>30.033</u>
	<u>61.390</u>	<u>61.390</u>

b. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

	2021	2020
SATI RJ Participações S.A.	-	-
SAGAH Administração e Participações S.A.	<u>734.283</u>	<u>2.374.639</u>
	<u>734.283</u>	<u>2.374.639</u>

Movimentação em 2021

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.374.639
Adiantamentos recebidos	1.432.741
Aumento de capital com AFAC	<u>3.073.097</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>734.283</u></u>

c. Comodato de imóvel

Em 10 de julho de 2019 a Companhia firmou, na qualidade de comodatária, contrato de comodato de imóvel não residencial com a empresa Litoral Soluções em Comércio Exterior Ltda, por tempo indeterminado.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia tem capital autorizado de R\$ 54.062.158 subscrito (49.055.616 já integralizados), composto por 1.526.995.203 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (835.954.553 já integralizados), sendo que cada ação outorga direito a um voto.

O capital social da Companhia está distribuído entre os acionistas como demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações 2021	R\$ 2021
SAGAH Administração e Participações S.A.	609.394.834	28.522.006
SATI RJ Participações S.A.	<u>226.559.719</u>	<u>20.533.610</u>
	<u>835.954.553</u>	<u>49.055.616</u>
	Quantidade de ações 2020	R\$ 2020
SAGAH Administração e Participações S.A.	243.220.080	25.448.909
SATI RJ Participações S.A.	<u>226.559.719</u>	<u>20.533.610</u>
	<u>469.779.799</u>	<u>45.982.519</u>

b. Aumento de Capital social

Em 02 de março de 2021, foi aprovado aumento de capital social, através da AGE realizada nesta data, passando o mesmo de R\$ 45.982.519 para R\$ 48.562.159, dividido em 767.843.762 (setecentas e sessenta e sete milhões, oitocentas e quarenta e três mil, setecentas e sessenta e duas) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, um aumento, portanto, no valor de R\$ 2.579.639, mediante a emissão de 298.063.963 (duzentas e noventa e oito milhões, sessenta e três mil, novecentas e sessenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço unitário de emissão aproximado de R\$ 0,00865465 por ação, totalmente subscritas e integralizadas mediante a capitalização de AFACs realizados pela acionista SAGAH Administração e Participações S.A..

Em 01 de dezembro de 2021, foi aprovado aumento de capital social, através da AGE realizada nesta data, passando o mesmo de R\$ 48.562.159 para R\$ 54.062.159, dividido em 1.526.995.203 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, um aumento, portanto, no valor de R\$ 5.500.000, mediante a emissão de 759.151.441 (setecentas e cinquenta e nove milhões, cento e cinquenta e uma mil, quatrocentas e quarenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço unitário de emissão fixado em de R\$ 0,00724493 por ação, das quais 835.954.553 (oitocentas e trinta e cinco milhões, novecentas e cinquenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e três) ações estão integralmente subscritas e completamente integralizadas em moeda corrente nacional e 691.040.650 (seiscentas e noventa e um milhões, quarenta mil e seiscentas e cinquenta) ações serão integralizadas até dezembro de 2022.

As Assembleias de 02/04/2021 e 01/12/2021, e os respectivos aumentos de capital, são objeto de pedido de revisão nas Arbitragens em curso, sob os números 187/201 e 202/2021, na Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), instaurados pelo Acionistas SATI, sem decisão até o momento.

11 Despesas por natureza e função

Classificadas por natureza

	2021	2020
Despesas com salários	(91.254)	(89.497)
Despesas com férias e 13º salário	(28.494)	(19.314)
Despesas com encargos	(29.567)	(37.799)
Despesas com viagens	(19.300)	(628)
Despesas com seguros	(19.388)	(19.126)
Despesas com assistência médica e social	-	(14.778)
Despesas com anúncios e publicações	-	(800)
Despesas com telefonia	(1.517)	(3.517)
Depreciações e amortizações	(4.450)	(5.257)
Despesas com segurança e vigilância	(2.500)	(59.000)
Despesas com autônomos	-	-
Despesas com cartórios e correios	-	(36)
Outras despesas	(286.605)	(46.161)
	<u>(483.075)</u>	<u>(295.913)</u>

Despesas com serviços de terceiros

	2021	2020
Consultoria técnica ambiental	(656.433)	(406.325)
Consultoria técnica de engenharia	-	(8.951)
Assistência contábil	(22.000)	(24.000)
Assistência jurídica	(230.000)	(40.000)
Outros	<u>(102.068)</u>	<u>(30.000)</u>
	<u>(1.010.501)</u>	<u>(509.276)</u>

12 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não é parte integrante de processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista passíveis de provisão contábil.

13 Instrumentos financeiros

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se aproximam dos seus respectivos valores de mercado.

14 Eventos subsequentes

a. Prorrogação do prazo para início da instalação portuária

Em 04 de março de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União o Termo Aditivo ao Contrato de Adesão nº 23/2014 – SEP, autorizando a prorrogação do prazo de início da operação da instalação portuária em até 30 meses, contados a partir da data de celebração deste segundo termo aditivo.